

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Conselho de Ministros

Resolução n.º 129/2000 (2.ª série). — A direcção da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores solicitou ao Governo, através dos Ministros da Justiça e do Trabalho e da Solidariedade, autorização para a aquisição, a título oneroso, de um imóvel situado na cidade de Lisboa com vista a nele corporizar parte dos activos financeiros da instituição.

Tal operação obteve prévia aprovação do conselho geral da referida Caixa de Previdência.

Considerando que o activo líquido da Caixa cresceu, em média, cerca de 20,43 % nos últimos três anos;

Considerando que a conjuntura económico-financeira aconselha redobrado cuidado e atenção na diversificação dos activos financeiros da Caixa, na formação das reservas matemáticas de garantia actuarial e na selecção dos elementos patrimoniais em que aquelas se corporizam;

Considerando que o parque imobiliário actualmente detido pela Caixa revela um acentuado coeficiente de vetustez e uma taxa de rentabilidade fortemente degradada, mercê quer da antiguidade dos arrendamentos quer do seu fim de utilização para habitação;

Considerando que o imóvel que a supradita Caixa de Previdência pretende adquirir se destinará a imediato arrendamento não habitacional, o que originará uma taxa de rentabilidade equilibrada e com estabilidade temporal do arrendamento, no mínimo, de 10 anos;

Considerando que se encontram reunidas as condições exigidas pelas disposições legais em vigor:

Assim, nos termos das alíneas d) e g) do artigo 199.º, da alínea g) do n.º 1 do artigo 200.º e da alínea d) do artigo 201.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Autorizar, ao abrigo do n.º 2 do artigo 83.º da Lei n.º 28/84, de 14 de Agosto, da alínea c) do n.º 1 e do n.º 4 do artigo 114.º do Decreto n.º 46 548, de 23 de Setembro de 1965, e do artigo 109.º do Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores, aprovado pela Portaria n.º 487/83, de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.ºs 623/88, de 8 de Setembro, e 884/94, de 1 de Outubro, a Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores a adquirir o imóvel a seguir descrito e identificado:

Prédio urbano situado na Rua de Mouzinho da Silveira, 26, 26-A e 26-B, na freguesia do Coração de Jesus, em Lisboa, descrito sob o n.º 00261/150920, da freguesia do Coração de Jesus, na 5.ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa, com o artigo de matriz predial urbana n.º 632, pelo preço de 1 850 000\$, à Petróleos de Portugal — Petrolgal, S. A.

2 — O pagamento do preço da aquisição será efectuado no momento da assinatura da escritura de compra e venda.

3 — A satisfação de todos os encargos será assegurada por verbas próprias da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores.

24 de Agosto de 2000. — O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Portaria n.º 1373/2000 (2.ª série). — Em 28 de Junho de 1999 foi celebrado um protocolo de cooperação entre o IPDT — Instituto Português da Droga e Toxicodependência e a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação do Porto — FPCE-UP, homologado na mesma data pelo Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro e que visa a realização de estudos no âmbito das áreas do IPDT.

O desenvolvimento daquele protocolo passa pela realização de um estudo sobre a prevalência do consumo problemático de drogas em Portugal cuja metodologia foi já proposta pela FPCE-UP e que se enquadra nas tarefas que anualmente cabem ao IPDT na sua qualidade de ponto focal português no âmbito do contrato REITOX celebrado com o OEDT — Observatório Europeu das Drogas e Toxicodependência.

Encontrando-se definidas as fases do estudo, relatórios a produzir e respectiva duração, que se prolongará pelos anos 2000 a 2002;

Tornando-se necessário assegurar os meios de suporte àquele estudo;

De harmonia com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho:

Manda o Governo, pelo Ministro das Finanças e pelo Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, o seguinte:

1.º É autorizado o IPDT a celebrar um contrato para a realização do estudo «Estimativa da prevalência do consumo problemático de drogas em Portugal», até ao montante de 22 220 000\$.

2.º Os encargos orçamentais resultantes da execução do presente diploma não poderão, em cada ano, exceder as seguintes importâncias:

2000 — 7 800 000\$;
2001 — 12 854 000\$;
2002 — 1 566 000\$.

3.º As importâncias inscritas para 2001 e 2002 serão acrescidas dos saldos que se apurem na execução orçamental dos anos anteriores.

4.º Os encargos resultantes da execução deste diploma serão satisfeitos por verbas adequadas do Orçamento do Estado afecto ao IPDT e do seu orçamento de receitas próprias, nomeadamente na parte de receita com origem no contrato REITOX, para os anos 2000 a 2002, inscritas ou a inscrever pelos montantes correspondentes.

5.º A orçamentação das despesas em cada ano será precedida da apresentação de programas anuais de execução, elaborada de acordo com as normas definidas pelo Ministério das Finanças, através da Direcção-Geral do Orçamento.

23 de Agosto de 2000. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Vitalino José Ferreira Prova Canas*. — Pelo Ministro das Finanças, *Fernando Manuel dos Santos Vigário Pacheco*, Secretário de Estado do Orçamento.

Portaria n.º 1374/2000 (2.ª série). — Em 28 de Junho de 1999 foi celebrado um protocolo de cooperação entre o IPDT — Instituto Português da Droga e Toxicodependência e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa — FCSH-UNL, homologado na mesma data pelo Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro e que visa a realização de estudos no âmbito das áreas do IPDT.

O desenvolvimento daquele protocolo passa pela realização de um estudo à população geral cuja metodologia foi já proposta pela FCSH-UNL e que se enquadra nas tarefas que anualmente cabem ao IPDT na sua qualidade de ponto focal português no âmbito do contrato REITOX celebrado com o OEDT — Observatório Europeu das Drogas e Toxicodependência.

Encontrando-se definidas as fases do estudo, relatórios a produzir e respectiva duração, que se prolongará pelos anos 2000 a 2002; Tornando-se necessário assegurar os meios de suporte àquele estudo;

De harmonia com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho:

Manda o Governo, pelo Ministro das Finanças e pelo Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, o seguinte:

1.º É autorizado o IPDT a celebrar um contrato para a realização do estudo «Inquérito nacional ao consumo de drogas e substâncias tóxicas em Portugal», até ao montante de 41 883 600\$.

2.º Os encargos orçamentais resultantes da execução do presente diploma não poderão, em cada ano, exceder as seguintes importâncias:

2000 — 21 460 920\$;
2001 — 16 448 280\$;
2002 — 3 974 400\$.

3.º As importâncias inscritas para 2001 e 2002 serão acrescidas dos saldos que se apurem na execução orçamental dos anos anteriores.

4.º Os encargos resultantes da execução deste diploma serão satisfeitos por verbas adequadas do Orçamento do Estado afecto ao IPDT e do seu orçamento de receitas próprias, nomeadamente na parte de receita com origem no contrato REITOX, para os anos 2000 a 2002, inscritas ou a inscrever pelos montantes correspondentes.

5.º A orçamentação das despesas em cada ano será precedida da apresentação de programas anuais de execução, elaborada de acordo com as normas definidas pelo Ministério das Finanças, através da Direcção-Geral do Orçamento.

23 de Agosto de 2000. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Vitalino José Ferreira Prova Canas*. — Pelo Ministro das Finanças, *Fernando Manuel dos Santos Vigário Pacheco*, Secretário de Estado do Orçamento.

Despacho conjunto n.º 928/2000. — Considerando a necessidade de suprir as insuficiências de pessoal na carreira de técnico superior de informática da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM);

Considerando que, apesar embora os contactos informais com diversos organismos, a publicação de dois avisos para preenchimento de